

ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2003

PROVA DE DIREITO CIVIL

Examinadora: Profª Lúcia Massara

INSTRUÇÕES

Nas questões que apresentarem pontos que traduzam divergência doutrinária e/ou jurisprudencial, a análise deverá abranger tais divergências e o posicionamento fundamentado do candidato.

1ª QUESTÃO

Ramiro Oliveira chegou aos 70 anos de idade sem benefício previdenciário de qualquer ordem. Viúvo, doente, proprietário de uma gleba de terras no interior, era pai de cinco (5) filhos maiores. Quatro (4) destes filhos lutavam com dificuldades para criar sua família e **Roberto**, o mais novo, era o único que apresentava maior disponibilidade financeira. Com o agravamento da doença do pai, os cinco irmãos se reuniram e formalizaram um acordo, por instrumento particular, que estabeleceu o seguinte: 1. Todos declararam que eram co-responsáveis pelas despesas de manutenção do pai, em cotas iguais. 2. Em razão das dificuldades financeiras dos outros 4, **Roberto** pagaria, enquanto necessário fosse, o elenco de gastos com a manutenção de **Ramiro**. 3. Após o óbito de **Ramiro**, **Roberto** faria jus, no inventário, a um quinhão hereditário de maior monta, que lhe assegurasse o reembolso dos 4/5 das despesas feitas com o pai, e que deveriam ter sido pagas pelos outros 4 irmãos. **Roberto** cumpriu o acordado e, após o óbito do pai, quer receber o valor dos 4/5 das despesas pagas, conforme convencionado com os irmãos. À vista do exposto, pergunta-se:

I) Como você analisa os termos do acordo formalizado pelos 5 irmãos? **Roberto** pode exigir judicialmente o cumprimento do acordo?

II) Você, se consultado à época do acordo, sugeriria outra alternativa aos 5 irmãos? Justificativa e suporte legal.

2ª QUESTÃO

Como você analisa o **princípio da boa-fé** nos contratos, tendo em vista o disposto no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil/02? Fundamentar.

3ª QUESTÃO

Corrupção de Oliveira, portador do vírus da AIDS, propôs ação contra a empresa de seguro-saúde da qual era conveniado, visando a afastar a aplicação de cláusula do contrato que excluía o tratamento das doenças infecto-contagiosas. Pediu que a sentença fixasse multa pecuniária, de valor determinado, para a hipótese de eventual descumprimento da decisão favorável. Ao contestar os pedidos, a empresa argüiu a plena validade da cláusula excludente do tratamento de doenças infecto-contagiosas, argüindo, mais, que, se considerada inválida a limitação da cobertura das referidas doenças, incabível seria a condenação ao pagamento da multa pretendida, eis que se tratava de obrigação de dar e as **astreintes** somente são cabíveis nas obrigações de fazer. O Julgador, examinando os autos para sentença, está seguro de que a cláusula excludente da cobertura das doenças infecto-contagiosas é inválida, mas tem dúvida quanto à fixação da multa. Como você julgaria a questão, somente quanto a este último aspecto? Fundamento e suporte legal.

4ª QUESTÃO

Alfredo e Raimundo firmaram contrato de locação comercial, por instrumento particular, que continha, além das cláusulas habituais aos contratos desta natureza, uma, especial, que previa o seguinte: Findo o prazo contratual, o imóvel poderá ser retomado pelo locador (o prazo do contrato era de 7 anos), que estará autorizado a nele explorar a mesma atividade comercial do locatário, em razão das características físicas do bem, que só se presta a tipos determinados de utilização. Você considera válida esta cláusula? Fundamento e suporte legal.

5ª QUESTÃO

Aberta a sucessão de **Feitosa**, na vigência do Código Civil/02, constata-se ter ele vivido em união estável com **Formosa**, em cuja companhia ainda se mantinha à data do óbito. **Feitosa** deixou bens e 6 filhos, 4 nascidos na constância de seu casamento com **Floripes** (desfeito há muitos anos) e 2 nascidos de sua união com **Formosa**. Examine, fundamentadamente, direitos da companheira e dos filhos, quanto aos bens deixados pelo falecido.

BOA SORTE!!!